

LEI Nº 632/1992

SÚMULA: Estima a RECEITA e fixa o limite da DESPESA do Município de ITAMBARACÁ, para o exercício de 1993 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACA, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1º - O orçamento Geral do município de Itambaracá para o Exercício Financeiro de 1993, discriminado pelos Anexos Integrantes desta Lei, estima a Receita em CR\$ 40.000.000.000,00 (Quarenta bilhões de cruzeiros) e fixa o limite das Despesas em igual quantia.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos e outras fontes de renda, na forma da legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento.

FONTES DE RECEITAS	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
Receita Tributária	CR\$ 2.860.000.000,00	0,00	2.860.000.000,00
Receita Patrimonial	CR\$ 200.000.000,00	0,00	200.000.000,00
Receita Industrial	CR\$ 400.000.000,00	0,00	400.000.000,00
Transferência Correntes	CR\$ 32.820.000.000,00	0,00	32.800.000.000,00
Outras Receita Correntes	CR\$1.300.000.000,00	0,00	1.300.000.000,00
Alienação Bens Móveis e Imóveis	CR\$ 0,00	20.000.000,00	20.000.000,00
Transferência de Capital	CR\$ 0,00	2.000.000.000,00	2.000.000.000,00
Outras Receitas de Capital	CR\$ 0,00	400.000.000,00	400.000.000,00
TOTAIS	CR\$ 37.580.000.000,00	2.420.000.000,00	40.000.000.000,00

Art. 3º - A DESPESA será realizada segundo a estimativa da RECEITA e conforme demonstração seguinte:

PODER LEGISLATIVO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
Legislativo Municipal	CR\$ 1.625.000.000,00	35.000.000,00	1.600.000.000,00
SOMA:	CR\$ 1.625.000.000,00	35.000.000,00	1.600.000.000,00
PODER EXECUTIVO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
Gabinete do Prefeito	CR\$ 1.509.000.000,00	1.515.000.000,00	3.024.000.000,00
Departamento de Administração	CR\$ 4.163.000.000,00	290.000.000,00	4.453.000.000,00
Departamento de Fazenda	CR\$1.141.000.000,00	2.645.000.000,00	3.786.000.000,00
Departamento de Urbanos, Obras e Viação	CR\$3.266.000.000,00	7.000.00.000,00	10.266.000.000,00
Departamento de Educação e Cultura	CR\$7.189.000.000,00	1.040.000.000,00	8.229.000.000,00
Departamento de Saúde e Ass. Social	CR\$819.000.000,00	0,00	3.819.000.000,00
Departamento de Serviços Públicos	CR\$ 3.275.000.000,00	1.575.000.000,00	4.763.000.000,00
SOMA:	CR\$ 24.275.000.000,00	14.100.000.000,00	38.340.000.000,00
TOTAL:	CR\$ 25.900.000.000,00	14.100.000.000,00	40.000.000.000,00

Art. 4º - Nos termos dos artigos 7º e 43 da lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Abrir créditos adicionais suplementares, mediante a utilização dos recursos indicados no inciso IV, até o limite de 100 (cem por cento) do total da despesa fixado nesta lei;

II - Abrir créditos adicionais suplementares para atender programas financiados por receita com destinação específica, até o limite do excesso de arrecadação efetiva da receita e do superávit financeiro a que estiver vinculado;

III – Realizar operações de créditos por antecipação da receita, até o limite fixado na constituição Federal;

IV – Para atender aos créditos adicionais suplementares de que trata os incisos I e II, serão utilizados aos recursos disponíveis, previstos no parágrafo 1º do artigo 43 da lei Federal nº 4.3320/64

Art. 5º - É permitida a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal de uma para outra unidade orçamentária, quando considerada indispensável à movimentação do pessoal, dentro dos quadros ou tabelas comuns às unidades interessadas e se realize em obediência à legislação específica (Lei Federal nº 4.320/64 art. 66 § único).

Art. 6º As tabelas explicativas das despesas serão aprovadas por Decreto do Executivo Municipal

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1993, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1992.

MÁRIO FUZETO
Prefeito Municipal

Publicado no Jornal LIDER de Bandeirantes/PR, em 15/12/1992